

# **TESE DA AÇÃO POPULAR SOCIALISTA!**

## **DEFENDER O PSOL E AVANÇAR NA RESISTÊNCIA**

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

Os desafios das lutas anticapitalistas e das lutas populares no cenário da política internacional atual estão profundamente marcados por dois processos atualmente em curso. São eles, por um lado, a ampla crise econômica que, no momento, se abate principalmente sobre os EUA e a zona do euro; e, por outro lado, o avanço da resistência popular, de modo desigual, nas várias regiões e países do mundo.

A crise do capital tem múltiplas dimensões: “econômica, financeira, social, ambiental, energética e alimentar, com fortes componentes políticos e culturais”. Além disso, colocamos que nas últimas décadas o “capital realizou muitas ações, usou vários artifícios e teve várias “oportunidades” para acumular e tentar superar a crise: o rompimento do Acordo de Breton-Woods; a ofensiva neoliberal; a financeirização da economia; o keynesianismo industrial-militar; a revolução tecnocientífica; a entrada do capital em novos setores econômicos e regiões geográficas do mundo; maior ataque à natureza com destruição ambiental; fim dos regimes burocráticos na URSS e no Leste Europeu; e a conversão capitalista da China”.

Porém, nenhuma destas ações evitaram o agravamento da crise estrutural do capitalismo. Todas as medidas tomadas só adiaram qualquer resolução estável dos impasses e geraram o agravamento das tensões sociais que vão se expandindo por todos os continentes, inclusive com fortes possibilidades de novas guerras regionais.

### **CONJUNTURA NACIONAL**

#### **O Brasil está inserido no cenário da crise estrutural do capital**

Os limites do modelo neodesenvolvimentista dependente estão cada vez mais evidentes. O crescimento econômico do Brasil em 2012 chegou a pífios 0,9% e as expectativas para 2013 não ultrapassam a barreira dos 3,0%, contribuindo para a redução da média dos governos petistas. A desindustrialização relativa brasileira tem afetado, sobretudo, a indústria de transformação, já que as indústrias extrativas, de energia e o agronegócio continuam ampliando sua produção e taxas de lucros, em que pese à possibilidade de redução com o agravamento da crise internacional. Em parte, apesar dos sinais de queda, a construção civil e toda a cadeia ao seu redor também continuam com certa força.

As medidas tomadas pelo governo diante deste cenário, todas em prol do grande capital, estão sendo realizadas à custa do endividamento público e tem surtido efeitos limitados. Mais uma vez saiu vitorioso o receituário neoliberal e seus “agentes de mercado” tendo como porta-vozes a grande mídia nacional e partidos da extrema-direita institucional.

#### **O Neodesenvolvimentismo Petista e os ataques aos nossos direitos!**

O governo e suas medidas regressivas impactam cada vez mais os trabalhadores do serviço público, como o FUNPRESP e a EBSERVH, e do setor privado, como as mudanças no regime previdenciário. Na saúde, o

governo negocia subvenções aos planos de saúde privados, dando mais um passo para o desmonte do SUS.

A Reforma Agrária também não avançou no governo Dilma. O seu primeiro ano de governo foi pior, em termos de assentamento, do que o primeiro ano de FHC. Diga-se de passagem, o número de assentamentos vem sofrendo forte redução desde 2007, associado ao fortalecimento do agronegócio, como pudemos observar na discussão do Código Florestal e na recente polêmica sobre a demarcação das terras indígenas.

No norte do país, intensifica-se também a resistência contra a construção de Belo Monte e outras hidrelétricas na região. O governo petista também continua com os criminosos leilões das reservas de petróleo e gás. Tais medidas dialogam com os interesses das grandes potências. Por fim, o capital financeiro continua sendo o principal segmento beneficiado pela política econômica do Governo Dilma. O ano de 2012 superou 2011, com destinação de mais de R\$ 710 bilhões para pagamento da dívida pública. Fica claro que o governo Dilma não tem nenhum projeto estratégico que afirme a soberania nacional e os interesses de nosso povo. A submissão aos ditames do imperialismo e da burguesia brasileira associada, mesmo com eventuais disputas intra-burguesas, é evidente, apesar da retórica.

## **A RETOMADA DA RESISTÊNCIA POPULAR E AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO**

Diante desse cenário, o mês de junho de 2013 marcou o desenvolvimento de um cenário de retomada da resistência popular. Evidente que o agravamento do cenário internacional e suas repercussões nacionais não levarão automaticamente a um esgotamento do modelo vigente e a um ascenso rápido do movimento de massas no Brasil. Porém, se desenvolvem melhores condições para a luta política - a quantidade de greves ocorridas no ano passado foi a maior desde 1997 - dos setores combativos e a sua ampliação no movimento de massas e mesmo nos processos eleitorais, como já ocorreu nas últimas eleições municipais. Infelizmente, grande parte destes setores encontra-se dividido em alternativas sindicais, populares e partidárias diversas, gerando dificuldades uma inserção mais sólida junto ao descontentamento social crescente.

Apesar dos limites da esquerda e da força que o governismo ainda detém, mesmo com forte queda recente, o povo brasileiro tem ido às ruas aos milhões, numa grande demonstração de insatisfação social e política, expressa em centenas de cidades brasileiras e dezenas de cidades no exterior. Trazendo uma multiplicidade de bandeiras de luta em sua grande maioria corretas e que questionam as políticas econômico-sociais neoliberais, todas as opressões e o autoritarismo e restrições à participação e poder de decisão do povo - que são intrínsecos ao regime da democracia liberal representativa, agravados pela corrupção endêmica. Foi uma jornada de lutas mais importante, quantitativa e qualitativamente, que o movimento do Fora Collor.

Além disso, todo este processo vem ocorrendo dentro de um clima de avanço da resistência popular em nível internacional, contra os ataques do capital em crise. A violência foi a marca principal da resposta dos governos

de modo geral nas ruas e na criminalização dos (as) lutadores (as) com muitos manifestantes presos no país. A direita procurou ocupar espaços tanto em termos institucionais e eleitorais através de suas lideranças políticas como da grande mídia comercial, tentando orientar o movimento para suas pautas. O governismo, entretanto, tentou se aproveitar destes casos para desqualificar as mobilizações e desviar seus rumos. As mobilizações saíram com algumas vitórias parciais como a queda do preço das passagens em diversas cidades, mesmo onde não tinha havido aumento recente; a derrota da PEC 37; do projeto da chamada “cura gay” e mais algumas questões pontuais para tentar “moralizar” minimamente o poder político no Brasil.

### **A GOVERNABILIDADE PETISTA (DILMA/LULA) E A REFORMA POLÍTICA**

Ao final da Jornada de Junho, o pacto hegemônico encabeçado pelo PT começou a mostrar suas fissuras, tanto nas alianças político-partidárias, quanto nos interesses de classe. Como já afirmamos anteriormente, ele pressupõe manutenção dos interesses das principais frações do capital existentes no Brasil e domesticação da luta política popular via aumento moderado da renda e do consumo, além do atrelamento de organizações sindicais e populares. Com o agravamento da crise, fica mais difícil atender os dois lados. O governo continua a sinalizar prioritariamente a manutenção dos interesses do grande capital (o primeiro item do "pacto" proposto por Dilma mostra isso) e está com dificuldades de recompor a sua sustentação institucional e social, o que pode afetar a confiança dos primeiros no PT.

Politicamente, o PT está pressionado por setores de movimentos sociais que o apoiam; pela direita institucional e midiática; por parte da sua base aliada; e pela própria esquerda, presente nos movimentos sociais e em algumas casas legislativas, mas ainda com pequena capacidade de organização e pressão. O “governismo social” busca voltar para as ruas com o objetivo de canalizar as demandas e, assim, construir um dique de contenção contra o crescimento da oposição de direita e da oposição de esquerda.

### **O PACTO PETISTA (DILMA) COM O CAPITAL: NÃO EXISTE PACTO ENTRE DESIGUAIS!**

Tentando dar uma resposta e sair da parede, a presidenta Dilma lançou uma proposta de suposto pacto social e político que inclui 05 pontos. Não por acaso, o primeiro ponto é a garantia da “responsabilidade fiscal”, que significa de fato arrocho e corte de verbas sociais para garantir o pagamento de juros a banqueiros. O segundo é o da reforma política. Esta é necessária, mas da maneira proposta pela presidente, parece mais uma manobra na tentativa de tirar o foco dos problemas estruturais que requerem respostas urgentes e jogar a bola para o debate institucional-parlamentar. Os três pontos sobre saúde, educação e transporte, abordam questões necessárias e com problemas crônicos que estiveram presentes nas Jornadas da Resistência assim como em muitas greves nos últimos anos. Mas, além de Dilma não ter pretensão de enfrentar a questão central que é a privatização dos serviços públicos, a sua resolução fica inviável com o aperto da “responsabilidade fiscal” e sem auditoria da dívida pública e suspensão do pagamento dos juros.

Portanto não há a menor condição da esquerda e dos movimentos sociais aceitarem esta proposta de pacto. Quanto à "reforma política" o problema não está somente na questão do plebiscito, mas sim no conteúdo da proposta. O plebiscito é um instrumento muito importante para a democratização da vida política ao lado de conselhos efetivamente populares, democráticos e deliberativos e dos instrumentos de democracia representativa. Por isso, sempre temos defendido e o continuaremos defendendo como parte de nossa concepção de democracia como valor estratégico.

### **O DESAFIO DO PSOL: SUPERAR AS VACILAÇÕES TÁTICAS E AFIRMAR-SE COMO OPOSIÇÃO DE ESQUERDA PROGRAMÁTICA E CONTRIBUIR COM AS LUTAS DO POVO!**

Coloca-se para o PSOL o desafio de superar suas vacilações táticas, em grande parte construída pelo setor do partido vinculado à dissidência da APS sob a liderança do Senador Randolfe Rodrigues. Durante o último período, diversas movimentações, em sua maioria à revelia das instâncias partidárias, foram feitas para "domesticar" a radicalidade do partido e sua posição, aprovada em todos os congressos partidários, de oposição de esquerda aos governos municipal, estadual e federal. Dois absurdos são sinais claros dessa posição: compor a bancada do governo para ocupar posições institucionais no Senado e a reunião com Dilma em contradição direta com a resolução da executiva do PSOL que tinha decidido não participar da atividade.

O PSOL tem buscado, apesar de todas as dificuldades de reorganização da esquerda, afirmar-se como "um novo partido contra a velha política", diferenciando-se da oposição de direita (PSDB, DEM e PPS); dos principais partidos governistas do campo popular (PT, PC do B, PSB, PDT, PV, etc.) e dos partidos de direita que sustentam o governo (PMDB, PSD, PR, etc.). A tática desenvolvida por Randolfe em nível regional e nacional é um verdadeiro golpe contra a grande maioria da militância ativa do partido e pode fortalecer o senso comum, fortemente instrumentalizado pela direita nas jornadas de junho, de que todos os partidos são iguais.

É necessário, portanto, defender o PSOL dessas movimentações e afirmá-lo como instrumento capaz de canalizar o descontentamento social crescente para colocar-se como alternativa política para o nosso povo. O desempenho eleitoral do PSOL em 2012, com acúmulo pela esquerda em várias capitais e cidades de médio porte, mostrou que isso é possível, embora a tarefa seja de enorme envergadura.

Quanto à questão da reforma política, o PSOL precisa ajustar sua plataforma e, especialmente, sua posição sobre o plebiscito. Ela deve ir no sentido do financiamento público de campanha, mas evitando distorções que privilegiem as grandes legendas; flexibilização da legislação quanto à apresentação de projetos de lei de iniciativa popular; fim do voto secreto (que provavelmente será aprovado antes no Congresso Nacional); fim do foro privilegiado; mecanismos de controle social sobre os legisladores e governantes, inclusive a possibilidade de retirar os mandatos; contra o voto distrital e pelo voto em lista partidária flexível; fim das coligações proporcionais; dentre outras pautas pela esquerda.

Não podemos perder de vista que a grande questão nacional não se resolverá com pequenas mudanças no regime político. Somente um Programa Democrático e Popular de caráter anti-imperialista, antilatifundiário, antimonopolista, democrático-radical, ecos socialista e contra todas as opressões poderá dar respostas concretas para das demandas nacionais por educação, saúde, transporte público de qualidade, reforma agrária, reforma urbana, dentre outras.

### **O PSOL E AS ELEIÇÕES (UM BALANÇO NECESSÁRIO)**

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) saiu vitorioso, política e eleitoralmente, das eleições municipais realizadas em todo o país em 2012. Mas estas não trouxeram alterações importantes na correlação de forças gerais presente na sociedade e no estado, pois o bloco de poder continua com seus dois principais parceiros político-partidários (o encabeçado pelo PT e aquele dirigido por DEM-PSDB).

### **Nossas principais vitórias se deram numa afirmação pela esquerda**

Como vemos, como regra geral e, principalmente, nos grandes centros, os bons resultados eleitorais foram obtidos sem concessão programática nem pragmatismo eleitoreiro ou alianças oportunistas. Em geral, nossos melhores resultados políticos eleitorais se fizeram sem coligações ou com alianças no campo de esquerda, com o PSTU e/ou PCB.

A maioria das alianças formais ou informais com partidos de fora do campo de esquerda (PSOL, PSTU e PCB) mostraram-se erradas não só politicamente (como já havíamos afirmado desde as decisões equivocadas do DN), como também eleitoralmente. Em alguns casos, foram feitas e mantidas alianças fora do próprio arco de alianças aprovado pelo DN, o que vai requerer intervenções da direção nacional.

### **Um segundo turno com rebaixamento político e pragmático do partido**

No segundo turno, onde o PSOL não teve candidatos, nossa orientação, como regra geral, foi para não apoiar nenhum dos dois candidatos que compõem o bloco de poder, sejam aqueles ligados ao campo político articulado pelo PT, seja o dirigido pelos partidos da direita mais tradicional como DEM/PSDB.

Em Macapá, onde, desde o primeiro turno o PSOL já tinha feito uma coligação eleitoreira que foi aprovada pela maioria do DN, as coisas se agravaram muito. O PSOL municipal e estadual, o candidato a prefeito Clécio Luís e o senador Randolfe, selaram uma aliança no segundo turno com o que há de pior na política nacional, estadual e municipal: o DEM, o PSDB e o PTB, partidos que, no primeiro turno, estavam formalmente coligados em torno da candidatura do DEM a prefeito. Os apoiadores desta aliança espúria tentaram descaracterizá-la, alegando que não se recusa apoios e que o apoio é pessoal e não de partidos. E como não recusar o apoio dos três partidos mais reacionários do país? Partidos que, além de neoliberais, são contra as cotas, apoiam a reforma do código Florestal, sustentam e são sustentados pela bancada ruralista, e tentam dificultar a punição do trabalho escravo? Depois disso, tivemos também outras situações negativas para o partido, como o apoio de Randolfe ao PT em Rio Branco (contra a orientação do PSOL local, que decidiu não apoiar nenhum candidato) e o pronunciamento de Plínio dizendo que Serra é mais preparado que Haddad (minimizado por sua posterior declaração

de voto nulo, mas nem por isso deixando de ser passível de crítica como esta que aqui fazemos).

Em Belém, tínhamos condições de eleger Edmilson Rodrigues no segundo turno contra o candidato do PSDB-DEM-PTB, mas era preciso enfrentar as tensões pragmáticas que se fortalecem nestes momentos. A aceitação do apoio do PT (que obteve apenas 3% no primeiro turno) não poderia se transformar em concessões políticas e programáticas que quebrassem nossa orientação de oposição programática de esquerda ao governo federal; não poderia enfraquecer o espírito de luta de nossa militância; não poderia se fazer em troca de cargos; nem trazer para o palanque ou TV apoios de lideranças políticas e governamentais nacionais deste partido. E todas as decisões políticas importantes da campanha deveriam passar pela direção municipal do PSOL. Este aspecto era e é fundamental tanto como garantia de democracia nas decisões políticas da campanha, como para um processo de educação política da militância que gerasse uma nova cultura política, na campanha e na realização da almejada vitória eleitoral - que permitisse um governo efetivamente democrático e popular e inserido numa perspectiva estratégica contra hegemônica socialista.

Embora diferente do que acontece em Macapá, a situação em Belém também passou a causar muita preocupação. O PSOL tinha condições de eleger Edmilson Rodrigues no segundo turno contra o candidato do PSDB-DEM-PTB, mas ficou evidente a opção da coordenação de campanha pelo pragmatismo eleitoral, em detrimento do perfil de esquerda e do programa de nosso partido.

A movimentação efetuada pela Dissidência da APS revela explicitamente, do ponto de vista do método, as características de uma cultura política autoritária, cupulista e centralizadora que não valoriza a dimensão propriamente educativa e formativa da prática política, ao contrário: se exerce através de acordos não explicitados, pela manipulação dos fatos e pela implementação de procedimentos avessos à construção democrática. Isto é profundamente danoso a um partido jovem como é o PSOL.

### **REAFIRMAR O PSOL COMO INSTRUMENTO DE LUTA DO POVO**

Esperamos que o balanço das eleições de 2012 e os graves erros táticos do campo majoritário sirvam para mostrar ao conjunto do partido que nossa força está em nossa coerência e na perspectiva de ocuparmos o espaço a esquerda que se abre com o descontentamento com o modelo petista de governo e não com nossa adesão, mesmo que circunstancial, ao seu projeto. Para mostrar que nosso avanço consistente depende do avanço do movimento social estamos dando importantes passos para ocupar este espaço e precisamos melhorar nossa organicidade e construirmos uma cultura política democrática para que possamos nos consolidar como alternativa de esquerda. Ressaltamos a importância do PSOL no pós-eleições reiterando que ele não é apenas um instrumento eleitoral, mas uma ferramenta da luta de nosso povo.

### **AS ELEIÇÕES DE 2014**

Nesse contexto da crise internacional no Brasil; de baixo crescimento econômico e de retomada da resistência popular, o cenário eleitoral de 2014 está se desenhando. O PSB de Eduardo Campos continua com suas

movimentações políticas com vistas a uma candidatura própria em 2014. As movimentações do PSB na câmara dos deputados já mostram relativo descolamento do PT e em alguns estados o partido aponta a possibilidade de candidaturas próprias para fornecer palanques regionais para a candidatura presidencial.

Marina Silva continua tentando legalizar a Rede Sustentabilidade para viabilizar sua candidatura em 2014. O movimento para fundar um novo partido, que se chamará “Rede”, vem angariando apoios de setores do capital, como a Natura e sócios do Itaú, de setores reacionários das igrejas evangélicas e com discurso dentro da panaceia do “nem direita, nem esquerda” típico de legendas oportunistas como o PV e o PSD.

O PSDB definiu-se por Aécio Neves e já está fazendo as movimentações necessárias para tentar emplacar sua candidatura. A aparição ostensiva de Aécio nos programas televisivos do PSDB; a tentativa de emplacar um discurso que aponte a “estabilidade econômica” dos tempos de FHC como pressuposto das pequenas mudanças ocorridas no país; e a crítica ao “descontrole da inflação” associado ao baixo crescimento do PIB; têm sido as marca da ofensiva do principal setor da direita tradicional.

O PSOL deve ter candidatura própria e deve evidenciar todos os esforços para buscar em suas fileiras um nome que unifique o partido e possa afirmá-lo como um partido socialista com uma clara oposição programática e ideológica aos governos nacional, estaduais e municipais, desmistificando a falsa polarização entre PT e PSDB, bem como as alternativas continuístas e “centristas” que vem se apresentando.

### **TAREFAS CENTRAIS DO PSOL NA CONJUNTURA**

Portanto, cabe ao PSOL e às organizações populares combativas tomar iniciativas políticas que defendam os interesses dos trabalhadores e do povo e nos coloquem como protagonistas neste processo. Assim, devemos buscar unificar todos os setores combativos e participarmos ativamente das lutas, greves e mobilizações que estão ocorrendo e vão ocorrer.

Tais iniciativas se associam também às nossas intervenções institucionais, pois é importante que nossa atuação institucional se solidarize com as lutas e contribua de modo articulado ao conjunto da nossa militância, para o fortalecimento e ampliação da presença da esquerda nos movimentos sociais, contribuindo assim para a superação do estágio atual de fragmentação e corporativismo no qual boa parte das lutas se encontra. Dessa forma, afirmamos como tarefas centrais da conjuntura:

Desenvolver e afirmar junto aos movimentos sociais, em nossa ação parlamentar e em todos os espaços estatais (como prefeituras) e da sociedade civil onde estejamos presentes, uma plataforma de reivindicações e programas de governo pelos direitos do povo e em defesa da nação, com base no Programa Democrático e Popular, que tem os seguintes eixos: antimonopolista, antilatifundiário, anti-imperialista, ecos socialista, radicalmente democrático e que resgate os 513 anos de resistência e luta contra todas as opressões;

- I. Aprofundar a construção da Oposição Programática de Esquerda aos Governos federal, estaduais e municipais;
- II. Realizar Frentes de Mobilização Popular com todos os que lutam contra as políticas neoliberais e todas as suas consequências nefastas para as condições materiais, culturais, políticas e ambientais, de vida e trabalho do povo, e pela soberania nacional;
- III. Lutar por sindicatos únicos e por um sindicalismo anticapitalista, classista, combativo e democrático. Defender a unidade de todos os setores combativos numa única central sindical e popular;
- IV. Colocar as demandas da juventude, dos negros, dos povos indígenas, do movimento LGBT e das mulheres como questões centrais da agenda nacional;
- V. Travar a luta ambiental com um caráter anticapitalista, numa perspectiva ecosocialista;
- VI. Lutar pela garantia dos direitos democráticos de expressão, manifestação, organização e luta, contra a criminalização dos movimentos sociais combativos e as iniciativas em curso de reforço do caráter autoritário e coercitivo do estado, que visam garantir os interesses da classe dominante e realizar faxinas étnicas;
- VII. Avançar na solidariedade ativa e nas lutas comuns com os trabalhadores e os povos da América Latina e do mundo. Participar ativamente das lutas internacionais e buscar articulações internacionais mais condizentes com a necessidade de desenvolver uma plataforma mínima de ações práticas nesta luta;
- VIII. Avançar na construção do PSOL como partido socialista, democrático e de massas e alternativa de esquerda para o Brasil;
- IX. Fazer a propaganda ampla do socialismo e lutar pela reconstrução do ideário socialista, combatendo a socialdemocracia, o social-liberalismo e as concepções e práticas liberais, burocráticas, autoritárias, sectárias e stalinistas presentes na esquerda.

## **O Programa Democrático e Popular como referência na luta pelos direitos do povo**

O contexto geral que aqui analisamos aponta que as manifestações da crise no Brasil são cada vez mais fortes e que o modelo neodesenvolvimentista dependente e periférico desenvolvido pelo PT na última década, com a continuação de aspectos estruturais do modelo gestado por FHC, vem perdendo fôlego. Além disso, as Jornadas da Resistência ocorridas em junho demonstram que a temperatura das lutas sociais está aumentando.

O Programa Democrático e Popular (de caráter anti-latifundiário, anti-monopolista, anti imperialista, ecosocialista, democrático radical e contra todas as opressões), deve ser referência básica para nossa postura de oposição de esquerda aos governos municipais, estaduais e federal. Devemos resistir aos ataques aos direitos do povo e avançarmos na luta contra a mercantilização dos direitos sociais. As riquezas nacionais devem estar voltadas para atender aos interesses da maioria do povo e só alcançaremos estes objetivos se rompermos com o neoliberalismo e o



modelo neodesenvolvimentista dependente que perpetua o Brasil numa posição periférica dentro da ordem imperialista mundial.

## **CONJUNTURA ESTADUAL**

A grandeza de São Paulo nos seus aspectos econômico, político e populacional é do tamanho das suas contradições. A maioria da população vive na miséria sem nenhuma perspectiva e há quase duas décadas, o PSDB governa o Estado e tem aprofundado as desigualdades sociais. Por outro lado, a falsa polarização que o PT tenta fazer, ao governar cidades importantes do Estado, sobretudo na capital, comprova que em nada se diferencia das políticas nefastas dos tucanos.

É nesse contexto, que a educação se apresenta como uma das piores do País. O projeto educacional tucano tem comprometido a aprendizagem dos alunos e a desvalorização do magistério paulista. A falta de escolas, as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, as salas superlotadas, a forma de contratação absolutamente precarizada de uma parcela significativa dos professores, entre outras ações, demonstra a dura realidade que vive a educação em São Paulo.

Quanto à moradia, a situação se agrava cada vez mais por conta da ausência de uma política habitacional que possa dar condições ao povo pobre, um direito elementar, que é de ter uma casa própria em condições dignas, sobretudo aqueles que estão hoje vivendo em condições desumanas nas favelas, nas áreas de risco, nas ocupações e nas ruas.

No que diz respeito à saúde, o quadro é ainda mais dramático com a falta de hospitais públicos, postos de saúde, falta de profissionais, instalações precárias, falta de equipamentos essenciais, além das privatizações através das Organizações Sociais (OSs).

Em relação ao transporte público, chegamos numa situação tão humilhante no que diz respeito às péssimas condições dos ônibus, metrô e trens que o aumento das tarifas foi a gota d'água para desencadear um processo de rebeliões que teve início em S.Paulo e se espalhou por todo o País.

## **O PSOL EM SÃO PAULO**

O PSOL saiu vitorioso das últimas eleições municipais. E como afirmamos, suas maiores vitórias ocorreram numa afirmação pela esquerda em oposição à falsa polarização entre o PT e o PSDB. Em São Paulo, obtivemos importantes vitórias, entre as quais a expressiva votação do companheiro Raul Marcelo em Sorocaba. Na capital, a chapa competitiva encabeçada pelo nosso deputado estadual Carlos Gianazzi, contribuiu decisivamente para elegermos o primeiro vereador da maior cidade do País Toninho Véspoli.

## **Barrar o pragmatismo eleitoral**

O balanço das últimas eleições nos indicou que a coerência política no arco de alianças não significa saldo eleitoral negativo. Porém, o pragmatismo eleitoral esteve presente em alguns municípios do nosso Estado. Articulados

principalmente pela Dissidência da APS (grupo liderado por Ivan Valente) ocorreram até alianças com partidos da direita fisiológica. No município de Vinhedo, aliados do campo do Ivan (“Fortalecer o PSOL”) para eleger candidatos a qualquer custo, fizeram alianças com o PT e o PDT (além de outros) colocando em risco a nossa identidade partidária.

A política de Randolfe Rodrigues, (Dissidência) que aproxima o PSOL do pacto Dilma-Lula, deve ser fortemente combatida! O PSOL não pode transformar-se na reedição do PT. Um partido que tenha capilaridade social, isto é, que seja de massa, não requer alianças com partidos da ordem, até porque, as últimas mobilizações populares nos mostraram que grande parte da população rejeita os partidos tradicionais (incluindo-se o PT, sua base e a oposição de direita). Portanto, a construção do PSOL deve-se manter coerente aos princípios programáticos que norteiam um partido socialista, revolucionário e de massa.

### **Organizar o PSOL com um funcionamento democrático**

A defesa do PSOL como sendo um partido socialista e democrático é fundamental para que nos tornemos referência da esquerda e possamos nos diferenciar das velhas estruturas burocráticas existentes. Infelizmente, no último período, a participação dos filiados se restringiu aos momentos de disputas eleitorais e congressuais. O partido precisa como um todo, ser mais dinâmico, vivo, criativo, com iniciativas que permitam o envolvimento e o protagonismo da militância.

Outro desafio do nosso partido é seu funcionamento. As nossas instâncias de direção tem funcionado precariamente e de forma centralizada sem que o conjunto da militância possa tomar conhecimento das discussões e das decisões. Ainda persiste uma lógica de funcionamento pelas correntes. É preciso superar esses obstáculos para que o PSOL-SP possa ter uma dinâmica de funcionamento regular de suas instâncias e aprofundar a sua democracia interna.

### **APS – AÇÃO POPULAR SOCIALISTA!**

**Ousando Lutar, Venceremos!**

**Na luta pelo Socialismo, construir a resistência Indígena, Negra, Feminista, Ecos socialista, Popular e contra todas as opressões.**

Assinam esta tese:

Pedro Paulo Vieira Carvalho – Diretório Psol/SP e dirigente sindical

Antonio Carlos da Cruz(Tonhão) – Executiva Psol/Campinas e dirigente sindical

Clóvis Oliveira – Presidente do Diretório Municipal Psol/Jundiaí

Felipe Marotto – Presidente do Diretório Municipal Psol/Indaiatuba

PSOL/São Paulo

Antonio Bonfim Moreira

Antonio Gildo Guide

Adelson Aparecido dos Santos

Adeiton José da Silva

Adriano da Silva

Eliane Cristina da Silva

Luciana Aparecida da Silva

Juliane Fernanda da Silva  
Sônia Maria Mesquita da Silva  
Stefani Mesquita da Silva  
Silvéria de Almeida  
Luciana de Almeida Passos  
Vagner dos Anjos Santos  
Monaliza de Almeida Santana  
Poliana Carvalho de Almeida  
Mônica de Almeida Santana  
Gilton da Silva Santana  
Luzineide Félix de Maris  
Mirele de Almeida Passos  
Giocondo Felizardo  
Elisete Portão de Souza  
Daniel Carlos dos Santos  
Rosana da Cruz Silva Almeida  
Solange Andreolleti  
Sheila da Silva Almeida  
Renata Andrade Torres  
Donizete Cavalcante Torres

PSOL/Campinas

Robson Roberto Morandi  
Samuel Quirino  
Gilberto Alves  
Jaime Oliveira Santos  
Neuza Maria Gregório  
Sueli Braga  
Ataíde Santiago da Cruz  
Maria Aparecida de Lima  
Washington Santiago de Lima Cruz  
Rubens Vanuzia  
Paulo Henrique de Lima  
Cristiano Salmão  
Rogério Pena Paz  
Antônio Carlos Cardoso  
Reni Martins de Oliveira  
Marlene Amado P. Oliveira  
Tamires Verônica de Oliveiras  
Bruno Henrique Gonçalves  
Daniel Mamute

PSOL/Jundiaí

Márcio Fernando Aranha  
Flávio Alves Marculino  
Cleofas Teixeira Barbosa  
Marcelo Vieira Troydse  
Everton Alexandre de Oliveira  
Alex da Silva  
Ana de Fátima Pereira da Cruz  
Anderson Marcel de Oliveira  
André Luiz Palermo Marques  
Aparecida de Jesus Avelino  
Brunno Lorenzo Notoroberto  
Cléber dos Santos  
Eduardo de Assis Guize  
Eliel Severino de Carvalho  
Júlia Barbosa Martins

PSOL/Indaiatuba

Bruno dos Santos Santana  
Bruno Luchionni Brizzola  
Cesar Fernando de Jesus  
Elias Martins da Silva  
Erica Janaina Gabriel  
Fabiano Favarão de Almeida  
Felipe Brilhante Maropo  
Iury Marques Cruz  
Jean Douglas Zeferino  
José Carlos Correa da Cruz  
Jose Neuton Brilhante Maropo  
José Rubens Bernardo de Souza  
Lourival Francisco  
Marcelo Cremonini Barbosa  
Marcos Paulo Pinto da Silva  
Maria Aparecida Nogueira  
Maria Cristina Amstalden  
Paulo Roberto Ambiel  
Roberto Bernardino da Silva  
Marison Luiz Picotte  
Rogerio do Carmo Toledo  
Ronaldo Machado  
Sabrina Hellen Ferreira Antônio  
Tatiane Cristina Breve  
Vera Lucia dos Santos

PSOL/Diadema

Andreia Nunes  
Claudenice Freire de Brito  
Fabiano Almeida Passos

PSOL/Valinhos

Arito Alex

PSOL/Poá

Carlos Roberto Satovo

PSOL/Salto

Alcides Geraldo da Silva Freitas  
Cleiton Passos Cordeiro  
Luzia Raquel Roveri  
Marceli dos Santos Alves

PSOL/Vargem Grande Paulista

Patricia Andreia Carretero

PSOL/São João da Boa Vista

Sonia Regina Cordeiro  
Cleonice Angelin